

**População, trabalho e desenvolvimento  
no Brasil, oportunidades e desafios**

**Claudio Salvadori Dedecca**

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP  
n. 185, dezembro 2010.**

**ISSN 0103-9466**



# População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios\*

*Claudio Salvadori Dedecca\*\**

## **Resumo**

Este ensaio debate o padrão atual de crescimento da economia brasileira, que tem estimulado o mercado de trabalho, tanto pelo aumento do grau de formalização dos contratos de trabalho, como pela redução contínua da desigualdade da distribuição da renda disponível. Os resultados positivos em termos econômicos e sociais foram até o momento insuficientes para modificar o quadro de elevada desigualdade socioeconômica brasileira, exigindo que seja feita uma reflexão sobre os limites, oportunidades e desafios em termos sociais que o crescimento atual apresenta. Até 2030, o Brasil deverá conviver com uma tendência de declínio da taxa de dependência de inativos-ativos, apesar do processo de envelhecimento da sua estrutura populacional. O crescimento necessita ser capaz de reduzir a informalidade e o desemprego, bem como incorporar o aumento da população economicamente ativa. Também, ele precisa estar apoiado em instituições que reforcem e ampliem a trajetória recente de redução da desigualdade e da pobreza. Há possibilidade do país ser exitoso tanto em termos econômico como social na próxima década. Entretanto, o resultado positivo dependerá da capacidade da sociedade brasileira em enfrentar os desafios existentes, através da consolidação de instituições adequadas em favor de um desenvolvimento com justiça social. Como enfrentar tais desafios é a preocupação principal deste ensaio.

## **Abstract**

The essay discusses the current pattern of growth of Brazilian economy, which has served to stimulate the job market, both by increasing the degree of formalization of labor contracts, and by the continued fall in inequality of income distribution disposable. The positive results in economic and social terms has thus far been insufficient to modify the situation of high socioeconomic inequality in Brazil, demanding that it be made a reflection on the limits, opportunities and challenges in social terms that the current growth presents. By 2030, Brazil will live with a declining trend in the dependency rate of inactive-active, despite the aging of its population structure. The growth needs to be able to reduce informality and unemployment, as well as incorporate the increase in economically active population. Also, it must be supported by institutions that reinforce and extend the recent trend of reducing inequality and poverty. There is possibility of the country to be successful both in economic and social. The implementation depends on the ability of Brazilian society confront the challenges through consolidation of appropriate institutions in favor of a development with social justice. Facing these challenges is the central theme of the essay.

\*\*\*\*\*

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem retomado um crescimento que vem dinamizando o mercado de trabalho. A informalidade e o desemprego têm recuado sistematicamente, bem como é observada a redução contínua da desigualdade da distribuição de renda corrente. É expressiva a possibilidade do país manter as

---

\* Ensaio realizado para a X Reunión Nacional de Investigación Demográfica em México da Sociedad Mexicana de Demografía, Somede, 3-6 novembro, México DF.

\*\* Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Brasil.

tendências atuais do emprego e da renda para a próxima década. Esta oportunidade dependerá da capacidade dele conduzir a economia para uma trajetória sustentada de crescimento com desenvolvimento, desafio que exige a manutenção e avanço das atuais políticas de emprego, renda e sociais.

Esta preocupação é justificada, ao menos por quatro motivos. Primeiro, em razão do país ainda contar com 15 milhões de trabalhadores agrícolas, devendo este estoque ser reproduzido na próxima década. A grande maioria destes trabalhadores possui condições frágeis de trabalho e se encontra em situação de pobreza, exigindo que o crescimento seja acompanhado de políticas específicas para o mercado de trabalho agrícola. Segundo, o crescimento anual da população economicamente ativa ao redor de 2% exige a criação de empregos capaz de responder tanto ao aumento da disponibilidade de força de trabalho, como à necessidade de redução da informalidade. E finalmente, pela recorrência de uma situação desigualdade, que apesar de atenuada ao longo desta década, segue elevada e extrapola a dimensão da renda, o que exigirá tanto políticas para o trabalho como sociais.

Tais desafios encontrarão uma situação ainda favorável da estrutura populacional, que conhecerá a queda do número de pessoas inativas por ativo até meados da década de 2020. A maior densidade de população disponível somente se traduzirá em geração de efetiva de riqueza, que se traduza particularmente em aumento de bem-estar para a população mais pobre, se as políticas de crescimento e desenvolvimento econômico forem capazes de articularem devidamente às políticas sociais.

O ensaio tem a preocupação de apresentar as vantagens em termos de crescimento, emprego e renda que o país conheceu ao longo desta primeira década, mas também debater os limites e desafios institucionais que este movimento apresenta. Em outras palavras, o ensaio pretende debater menos as virtudes do momento atual da economia nacional e seus efeitos positivos em termos de emprego e renda, mas fundamentalmente, quais são as demandas institucionais que a continuidade do crescimento exigirá para convertê-lo em um processo de desenvolvimento com redução significativa da desigualdade socioeconômica brasileira.

Ele está estruturado em cinco sessões. A primeira analisa sucintamente as condições da retomada do crescimento ocorrida ao longo desta década, explicitando sua capacidade de reativar o mercado de trabalho, em especial seu segmento formal. Em seguida, é feita uma síntese dos aspectos mais relevantes da perspectiva demográfica brasileira, marcada por um potencial crescente absoluto e relativo de população em idade ativa até o final da década de 2020, situação amplamente

favorável para a geração de renda e riqueza como para financiar o sistema de proteção social. Na terceira sessão, analisa-se a recuperação recente do mercado nacional de trabalho e os desafios que ela carrega, seja em termos da manutenção da trajetória de crescente formalização da estrutura ocupacional com queda recorrente do desemprego, bem como a necessidade de rompimento da tendência de reiteração de uma estrutura concentrada nas baixas remunerações que o processo tem engendrado. Este tema é melhor explorado na quarta sessão, quando se analisa o processo de queda da desigualdade de renda do trabalho ocorrido ao longo desta década, que atenuou o problema mas foi incapaz de mudá-lo estruturalmente. A última sessão aborda as alterações da distribuição da renda corrente das famílias, a queda da desigualdade e da pobreza. Finalmente são apresentadas algumas observações finais sobre os desafios para a continuidade e alargamento do processo em curso para a próxima década.

### **A estabilidade econômica, as restrições externas e as novas condições do crescimento recente**

No início da atual década, a economia brasileira ainda conhecia uma situação de acentuada de instabilidade com expressiva restrição externa.

A primeira fase do processo de estabilização econômica percorrido na segunda metade dos anos 90, ancorado na abertura comercial abrupta e na valorização da moeda nacional frente ao dólar, havia sido esgotada com uma crise cambial aguda no início de 1998. As dificuldades de financiamento externo, necessário tanto para o crescimento como para equilíbrio da conta corrente, impuseram um período de instabilidade econômica entre 1998 e 2003. As restrições ao crescimento foram enfrentadas via maior controle das contas públicas conjugado com o aumento acentuado da carga tributária; manutenção de uma taxa de juros básica elevada que alimentou um incremento ponderável da dívida pública, apesar do controle da despesa pública; e recurso ao socorro financeiro propiciado pelas instituições multilaterais de desenvolvimento.

A situação de instabilidade econômica foi acompanhada da desvalorização cambial, que recompôs certa proteção natural a produção local em relação à concorrência de importados, mesmo com a manutenção do padrão de abertura comercial adotado em 1994 e do regime de cambio flutuante com ausência de controle administrativo sobre a compra e venda de divisas. Apesar do contexto de instabilidade, a maior proteção externa permitiu um processo de substituição de bens nacionais por importados, que se traduziu em maior nacionalização do padrão de consumo e, por consequência, de início de recomposição da base produtiva local. Empresas

automobilísticas japonesas e européias, que haviam chegado recentemente ao país, aceleraram a nacionalização da produção de seus veículos. Mesmo considerando o baixo nível de crescimento prevalecente, a dinâmica econômica, marcada por uma maior presença da produção local, se traduziu em recomposição do nível de emprego, que permitiu a contenção da espiral ascendente do desemprego e da informalidade que havia caracterizado o mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. Entretanto, a retomada da produção local não impediu um recuo da renda do trabalho, movimento que foi contido somente a partir de 2005.

O desempenho do produto interno bruto revela prontamente as alterações em ambos os períodos da dinâmica econômica. Apesar do recorrente contexto de instabilidade econômica observado entre 1999 e 2003, uma evolução mais expressiva do produto interno bruto foi observada, mesmo considerando ter sido ela insuficiente para ter efeitos sociais mais expressivos.

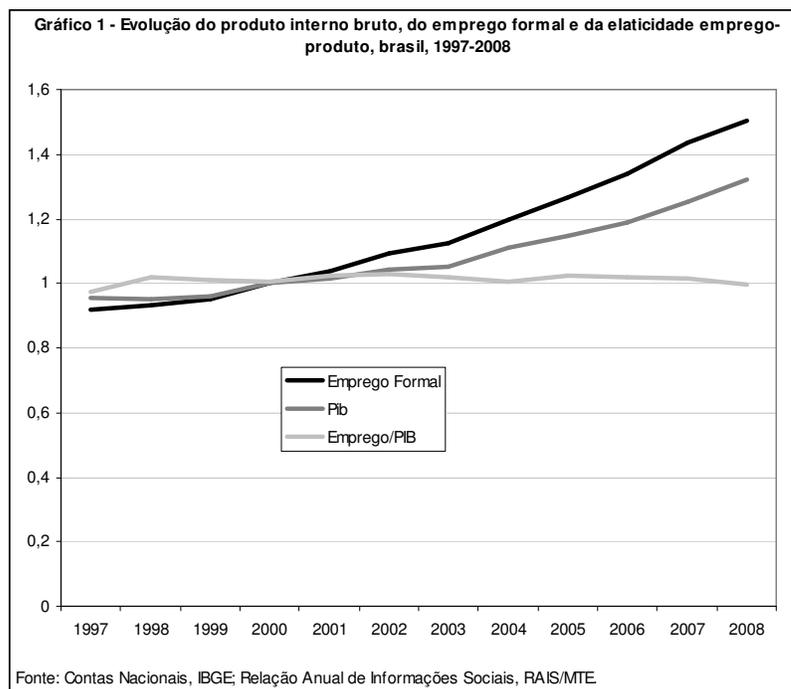
Tabela 1  
Indicadores de Evolução do Produto Interno Bruto segundo Unidades da Federação e Região Geográfica  
Brasil, 1995-2007

Regiões / Estados	Índice			Variação Acumulada		
	1999	2003	2007	1995-99	1999-03	2003-07
Norte	113,6	137,9	173,6	13,6	21,4	25,9
Nordeste	107,0	117,7	144,0	7,0	10,0	22,3
Sudeste	103,3	110,3	133,3	3,3	6,8	20,9
Centro-Oeste	113,4	133,8	163,5	13,4	18,0	22,2
Brasil	105,9	116,2	139,8	5,9	9,7	20,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Este resultado se mostra mais evidente quando confrontado com a evolução do emprego formal. Como mostra o Gráfico 1, a economia brasileira reconquistou certa possibilidade de crescimento, a partir de 1999, que teve a capacidade de estabelecer uma trajetória ascendente do emprego formal. Desde 1998, a elasticidade emprego-produto tem se mantido superior a um, indicando que cada ponto de crescimento do produto tem se traduzido em mais de um ponto porcentual de aumento do nível de emprego formal. No período de dez anos, o país conheceu uma elevação de 60% do emprego formal, resultado que reverteu a trajetória de deterioração do mercado de trabalho percorrida durante os anos 80 e em boa parte dos 90.<sup>1</sup>

(1) Sobre este tema, ver Nassif et al. (2008).



A recomposição da estrutura produtiva a partir de 1999 foi acompanhada de outros fatores que favoreceram a produção, o emprego e a renda. O controle das contas públicas permitiu ao Estado reconquistar capacidade de arbitragem da dívida pública, bem como de investimento e dos gastos sociais. Apesar da elevada taxa de juros reais, o Estado voltou a investir em infra-estrutura, bem como retomou a capacidade de desenvolver políticas sociais de saúde e educação, mas também de renda. O reposicionamento do Estado se realizou em um contexto inédito de inflação anual de um dígito, que permitiu preservar tanto as receitas do Estado, como a renda das empresas e da população. A decisão dos governos, pós 1994, de elevarem continuamente o salário mínimo teve efeitos substantivos, em razão dos aumentos reais terem podido ser preservados devido à baixa inflação prevalecente ainda no período de instabilidade 1999-2003.

O contexto de dificuldade foi exacerbado em 2002, em razão da eleição do novo presidente da república, que tinha como candidato melhor posicionado o representante do Partido dos Trabalhadores. A desconfiança quanto a sua chegada ao poder, em um ambiente de exacerbado desgaste do presidente em exercício e de seu partido, amplificava as desconfianças interna e externa em relação ao futuro governo.

O Presidente empossado em janeiro de 2003, Luis Inácio Lula da Silva, adotou uma postura conservadora em termos de política econômica, que reduziu as graves tensões políticas que haviam caracterizado o período eleitoral do ano anterior. Ao mesmo tempo, o crescimento da economia internacional permitiu uma expansão vigorosa das exportações brasileiras, que reforçaram o movimento de recomposição do nível de atividade que o país conhecia desde 1999. Entre este ano e 2009, as exportações brasileiras triplicaram, sendo que, pela primeira vez, o crescimento econômico foi acompanhado de saldos comerciais externos positivos. Também neste período, as reservas cambiais cresceram de, aproximadamente, US\$ 36 bilhões para US\$ 240 bilhões, situação inédita na história do país.

A confiança no novo governo foi sendo estabelecida progressivamente, tendo a política econômica conservadora seu principal instrumento de aval. Por outro lado, a situação favorável da economia internacional produzia efeitos positivos sobre o desempenho econômico interno, que compensavam a austeridade fiscal manejada pelo governo. A contribuição externa para o crescimento acabou tendo efeitos positivos diretos sobre a produção, bem como foi oxigenando as contas governamentais, abrindo a possibilidade de retomada do investimento e do gasto público. Mesmo mantendo uma política econômica com meta de inflação inferior a 5% ao ano, de superavit primário de 4,5% e de taxa de juros da dívida pública superior a 10% ao ano, foi possível ao Estado recompor progressivamente sua capacidade de gasto. Ao mesmo tempo em que o gasto público, o crescimento externo e a baixa inflação foram dando sustentação ao aumento da produção interna, levando ao aumento da lucratividade corrente do setor privado, que se traduziu, em seguida, na retomada do investimento.

A partir de 2004, foi se abrindo um cenário econômico inédito para o país, pois a se tornou efetiva a possibilidade de crescimento menos dependente de endividamento interno e externo e em condições de baixa inflação. Esta perspectiva foi aproveitada pelo governo, que retomou os instrumentos de política pública de apoio à produção e ao investimento e daqueles de renda e de difusão do crédito para a população de baixa renda. De um lado, os bancos públicos ampliaram o volume e as ações de financiamento da produção, do investimento e do consumo. De outro, o governo estimulou o aumento da renda corrente com as políticas de salário mínimo e de transferência de renda – Programa Bolsa Família – e com as ações em favor do emprego. O vetor externo de estímulo ao crescimento foi sendo progressivamente articulado com aquele assentado no mercado interno, tendo este ganhado crescente importância.

A aceleração do crescimento no período 2003-2007, traduzida por igual movimento em termos de geração de empregos formais, é uma evidência das novas condições econômicas que passou a conhecer o país.<sup>2</sup> A partir de 2005, iniciou-se uma recuperação do rendimento médio da população, bem como a continuidade da queda da desigualdade da distribuição de renda corrente foi resultado de aumentos generalizados dos níveis de renda dos diversos estratos, que se deram de modo mais acentuados para os inferiores.

O desempenho econômico desde 2005 foi marcado, portanto, por características novas, ao se traduzir em aumento da produção e renda, mas com aumento do emprego formal e recuo da desigualdade da distribuição da renda corrente. Foram estas condições econômicas que limitaram a propagação da crise internacional sobre a economia brasileira.

O baixo impacto da grave crise externa sobre a economia brasileira, no segundo semestre de 2008, evidenciou as novas condições que passaram a caracterizar sua dinâmica. A redução do produto interno bruto ficou restrita a dois trimestres e do emprego formal a quatro meses. A menor contribuição das exportações foi enfrentada com o aumento do crédito e do gasto públicos, permitido pelo controle fiscal manejado desde 2003, e com a preservação do poder de compra da população através da manutenção das políticas de renda. Ao contrário das anteriores, quando o país era obrigado a ampliar a desaceleração econômica em razão da situação de desequilíbrio externo, foi possível enfrentar a crise atual adotando medidas de sustentação da produção, do consumo e da renda interna. O baixo endividamento externo e a disponibilidade de reservas deram um lastro importante a esta estratégia, possibilitando que mercado interno sustentasse a atividade econômica, de tal modo que a crise se circunscrevesse a um curto período de tempo.

A quase estabilidade do produto em 2009 foi seguida por um crescimento estimado ao redor de 7% em 2010. As possibilidades de continuidade deste movimento são substantivas, considerando que ele não apresenta restrições estruturais que não possam ser enfrentadas pelo novo governo para o período de 2011-2014. Mas para que esta questão seja devidamente analisada, é preciso considerar as condições demográficas e sociais atuais e quais são os desafios que o crescimento precisa enfrentar para se traduzir em um processo de desenvolvimento social equilibrado na próxima década.

---

(2) Ver Cardoso Jr. (2009).

## Vantagens e as restrições da atual dinâmica demográfica

Desde os anos de 1970, o crescimento populacional brasileiro tem apresentado taxas declinantes. Na década atual projeta-se um aumento da população da ordem de 1,7% a.a, estimando-se taxas anuais de 1,0% e 0,7% nos dois próximos decênios.

Tabela 2  
Crescimento da População Total e da População Economicamente Ativa  
Brasil, 1940-2030

	Em 1000 pessoas				
	População Total			PEA	PEA/PT
	Total	Urbana	Rural		
1940	41.236	12.880	28.356	14.759	35,8
1950	51.944	18.783	33.162	17.117	33,0
1960	70.070	31.303	38.767	19.081	27,2
1970	93.139	52.085	41.054	29.557	31,7
1980	119.003	80.436	38.566	43.236	36,3
1991	146.825	110.991	35.834	58.456	39,8
2000	169.544	137.697	31.847	79.808	47,1
2010	199.992	170.017	29.974	102.888	51,4
2020	221.450	192.664	28.786	118.784	53,6
2030	238.326	209.872	28.455	132.559	55,6
Taxas Anuais de Crescimento					
1940-1950	2,3	3,8	1,6	1,5	
1950-1960	3,0	5,2	1,6	1,1	
1960-1970	2,9	5,2	0,6	4,5	
1970-1980	2,5	4,4	-0,6	3,9	
1980-1991	1,9	3,0	-0,7	3,1	
1991-2000	1,6	2,4	-1,3	3,2	
2000-2010	1,7	2,1	-0,6	2,6	
2010-2020	1,0	1,3	-0,4	1,4	
2020-2030	0,7	0,9	-0,1	1,1	

Fonte: Censos Demográficos, Ibge, e Celade/Cepal. Elaboração do Autor.

A desaceleração do crescimento populacional tem se apresentado de modo mais expressivo na zona rural, que desde 1980 vem apresentando redução absoluta do seu estoque populacional. Mesmo assim, aproximadamente 30 milhões de pessoas continuam residindo no campo, estimando-se que ainda 28 milhões continuem nesta situação em 2030. Apesar da menor importância relativa, a estimativa aponta que o Brasil continuará convivendo com uma população rural de tamanho expressivo nas próximas décadas. Segundo dados para 2010 do Celade (2010) para a América Latina, somente Argentina e México apresentam populações totais superiores à população rural brasileira. Ademais, mais de 15 milhões de pessoas continuam trabalhando diretamente nas atividades agrícolas e 1 de cada 2 residentes rurais se encontram em situação de pobreza, segunda linha definida pela Cepal.

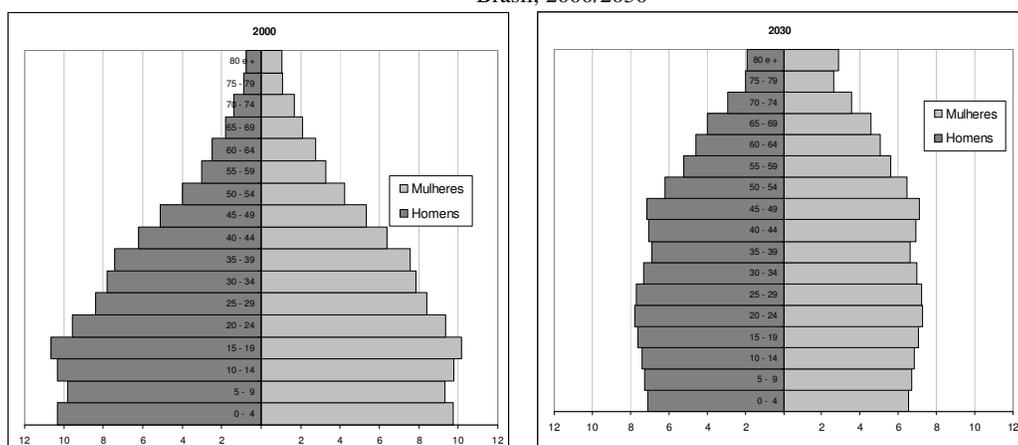
Sem dúvida, qualquer estratégia de desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira continuará a requerer, nas próximas décadas, políticas públicas robustas para a população rural, seja em temas de proteção social, como de trabalho e renda. Estas políticas serão necessárias seja para melhorar as condições de vida desta

população, como para atuar sobre a migração em direção às pequenas cidades, que tem sido destino privilegiado do processo de mobilidade espacial nesta década.

A existência de uma perspectiva de crescimento relativamente mais acentuado da população economicamente ativa aparece como uma dimensão relevante da dinâmica demográfica brasileira, ao menos, até 2030. Como mostram os dados da Tabela 1, a participação da PEA na população total continuará se elevando nas próximas décadas, indicando que o país manterá uma trajetória declinante de pessoas inativas por pessoas em idade ativa<sup>3</sup>. Este processo é explicado seja pelo crescimento passado, como pela elevação da taxa de participação das mulheres, que compensa largamente a redução observada para os homens. Mesmo considerando o rápido processo projetado de envelhecimento da população (Ver gráfico 2), a dinâmica demográfica continuará a se apresentar como uma janela de oportunidade para o país produzir riqueza necessária para a elevação do bem estar de sua população.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a esperança de vida ao nascer da população deverá crescer de 69 anos para 79 anos entre 2010 e 2030, determinando que o menor peso relativo dos inativos seja expressão de uma tendência de queda de participação da população infantil e juvenil e aumento daquela de idade superior a 65 anos. Portanto, ao mesmo tempo em que aumenta o potencial de atividade da população, ele tenderá ser demandado crescentemente no financiamento das necessidades do sistema de previdência social.

Gráfico 2  
Estrutura etária da população total  
Brasil, 2000/2030



Fonte: Celade, [http://www.eclac.org/celade/proyecciones/basedatos\\_BD.htm](http://www.eclac.org/celade/proyecciones/basedatos_BD.htm), acessado em 5 de outubro de 2010.

(3) Ver Alves (2008); Carvalho et al., (1995); Carvalho et al. (2005).

Neste sentido, o potencial de maior participação econômica da população somente poderá ser considerado positivo, se efetivamente apropriado em uma trajetória de desenvolvimento socioeconômico do país. Contudo, esta possibilidade se defronta prontamente com uma situação de educação desfavorável da população em idade ativa. De acordo com o principal levantamento socioeconômico feito pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ao redor de 8% e 32% da população de 16 as 65 anos era, respectivamente, analfabeta ou somente com um ano de estudo ou tinha menos de 8 anos de estudos em 2009. Assim, o aproveitamento de possíveis vantagens da estrutura etária da população encontra restrição quando se analisa a precariedade da situação educacional da população brasileira adulta. A alteração deste quadro aparece, portanto, como um desafio urgente para a política pública, enquanto o processo de envelhecimento se constitui em outro para os anos futuros.

### **A participação econômica, o crescimento e a dinamização do mercado de trabalho**

A análise anterior aponta algumas questões relevantes da dinâmica demográfica para a participação econômica da população, que aparecem principalmente como condicionantes ao processo.

Do ponto de vista das condições de participação, é fundamental que se analise os condicionantes que a dinâmica econômica coloca. De acordo com a PNAD, a população em idade ativa era de 160 milhões de pessoas em 2009, estando quase 100 milhões em situação economicamente ativa. Destas, 15 milhões em atividades agrícolas. Em termos gerais, 6 de cada 10 pessoas em idade ativa se encontravam inseridas no mercado nacional de trabalho. Em 2009, a taxa de desemprego era de 8,5%, equivalendo a um estoque de 8,3 milhões de pessoas. Para cada pessoa economicamente ativa, havia outra em situação de inatividade.<sup>4</sup>

Estes dados gerais apontam uma participação econômica da população em patamar elevado, devendo ela conhecer aumentos limitados nas próximas duas décadas. Por outro lado, eles revelam a existência de um problema de emprego considerável, observado a partir da taxa de desocupação.

Ao longo desta década, o país presenciou um recuo do desemprego, contido em 2009 pelo contexto de crise econômica. A tendência de queda do desemprego na década foi resultado do incremento da ocupação, ocorrido a uma taxa de 2,2% a.a., superior à encontrada para a PEA (1,9%). Como indicado no início deste ensaio, a economia brasileira vem reconquistando a capacidade de dinamização do mercado de

---

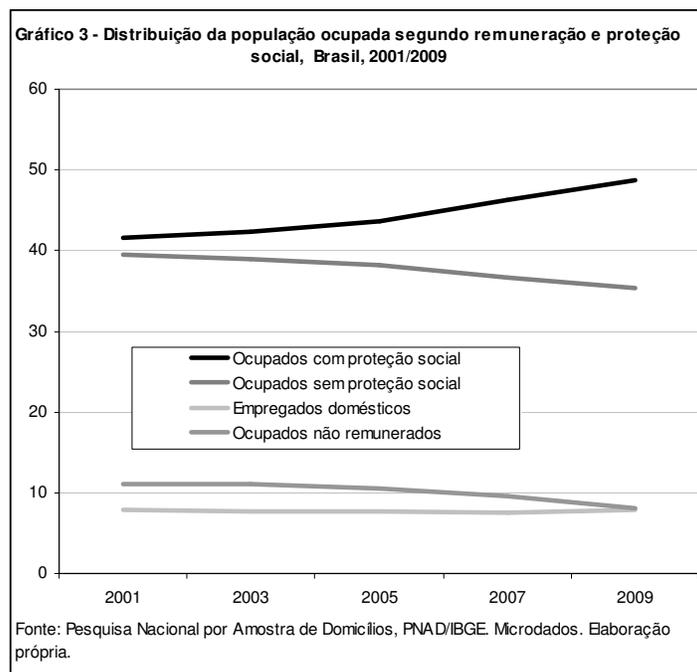
(4) Como inativos se considera a totalidade daqueles nesta situação independentemente da idade.

trabalho, sendo a queda do desemprego um resultado deste processo. A continuidade do crescimento nos próximos anos poderá levar o desemprego para patamar considerado baixo, dada a possibilidade de uma expansão entre 5% e 7% a.a. nos próximos anos.

Explicita-se, deste modo, o argumento referente à reconquista pela sociedade brasileira de uma perspectiva de crescimento com condições de produzir efeitos sociais positivos. Entretanto, tal desafio apresenta uma natureza mais complexa quando se analisa a configuração ocupacional do mercado de trabalho e suas perspectivas. Enquanto o crescimento atual tem sinalizado a possibilidade do país alcançar rapidamente um desemprego relativamente baixo, um desempenho mais robusto se faz e se fará necessário para superar a configuração de precariedade ocupacional expressa tanto pela reprodução de uma elevada informalidade das relações de trabalho, como pela baixa remuneração que alcança inclusive o segmento formal do mercado de trabalho.

Quanto à informalidade, duas situações devem ser levadas em conta. A primeira relaciona-se à extensão do emprego doméstico nos domicílios e dos contratos sem proteção social no setor privado. A segunda refere-se à extensão das situações ocupacionais não remuneradas, que apresentam maior expressão nas atividades agrícolas.

Considerando esta orientação quanto à informalidade, observa-se que a ocupação não remunerada representava 8% do total dos ocupados em 2009, 8% equivalia ao emprego doméstico, 39% aos ocupados sem proteção social e 49% aos ocupados com proteção social. A situação encontrada neste ano era incontestavelmente melhor que aquela presente no início da década. Em oito anos, a participação da ocupação com proteção social aumentou 8 pontos percentuais. Segundo a PNAD, 15 ocupações com proteção social foram criadas para cada 10 ocupações sem proteção social em 2009, sendo que esta relação era de 6 para dez em 2001. Considerando somente aquelas com proteção social, contata-se que o setor não agrícola respondeu por 19 de cada 20 ocupações geradas em 2009.



Estes dados revelam, de um lado, a força de geração de ocupações com proteção social ao longo da atual década, mas sinalizam, por outro, o impacto limitado que o processo teve sobre a estrutura ocupacional, particularmente no segmento agrícola do mercado de trabalho.

Ao longo da década, as atividades agrícolas mantiveram praticamente estável seu estoque de ocupados, resultado do recuo da participação dos trabalhadores remunerados compensado pela elevação dos não remunerados em sua estrutura ocupacional. A proteção social mais que dobrou dentre os remunerados, porém com intensidade insuficiente para alterar o quadro de extensa informalidade prevalecente no setor (Gráfico 4). Em 2009, aproximadamente 3 de cada quatro ocupados remunerados não tinham proteção social, sendo que o trabalho remunerado representava 60% das ocupações do setor agrícola.

No que se refere às ocupações não agrícolas, ao redor de 98% eram remuneradas, sendo que 2 de cada 3 destas tinham proteção social em 2009. Dentre os setores com elevado grau de proteção apareciam o setor público (92%) e a indústria de transformação (70%), observando em contraste uma situação débil na construção civil (37%). Explicita-se, deste modo, uma razoável heterogeneidade da proteção social dentre os setores não agrícolas, havendo setores, como a construção civil, que

apresentavam um grau de proteção pouco superior ao encontrado as atividades agrícolas.

A diversidade observada entre setores mostra que a maior ou menor proteção social não parece estar relacionada à regulação pública do contrato e das relações de trabalho. Em relação a este ponto, cabe destacar que a recomposição do segmento formal do mercado de trabalho brasileiro, trilhada ao longo desta década, se realizou em um contexto de retomada da regulação pelo governo brasileiro, encaminhada principalmente por uma maior fiscalização sobre os contratos e relações de trabalho. Os setores com maiores ganhos em termos de aumento da proteção social foram aqueles onde a informalidade se fazia e se faz mais presente. Em outras palavras, pode-se afirmar que a evolução da proteção social se fez a despeito da regulação pública existente, mostrando que ela não é um entrave para a dinamização do mercado de trabalho com redução da elevada informalidade estrutural que historicamente nele prevalece.

Este resultado evidencia o equívoco das orientações adotadas pelos governos brasileiros da década de 1990, que empreenderam modificações da regulação pública com o objetivo de reduzir e flexibilizar diretos dos contratos de trabalho, sob a justificativa que ela se encontrava na raiz dos problemas de desemprego e informalidade. Ao mesmo tempo em que as modificações na regulação pública se efetivavam, se observou resultados inversos aos esperados, expressos no agravamento de ambos os problemas. Ao invés de relacionar os problemas à ausência de crescimento, foi imputada a responsabilidade à regulação pública em um mercado onde ela apresentava e apresenta relativamente baixa incidência.

O crescimento com reativação da base produtiva e do mercado interno tem sido o motor da geração de empregos formais ao longo desta década, como apontado no início deste ensaio. Este movimento foi marcado ao menos por duas iniciativas governamentais de retomada da regulação. A ampliação da fiscalização realizada pelo governo e pelas instituições da justiça e do ministério público e a definição de uma política de médio prazo de valorização do salário mínimo.

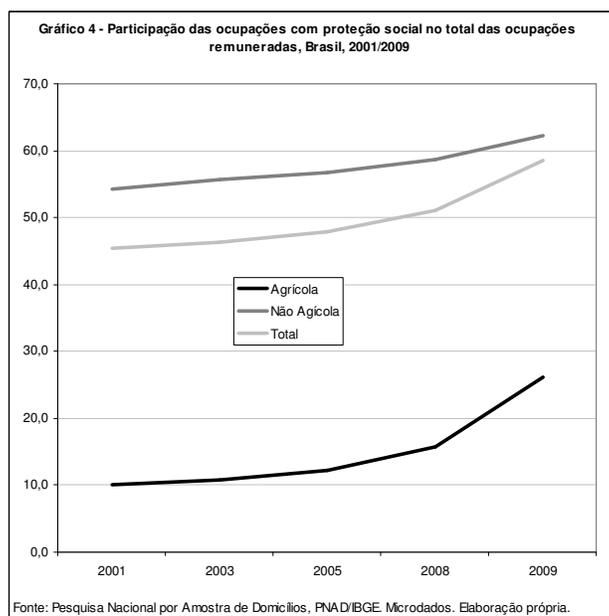
A reabertura da janela de oportunidade de geração ocupações, com redução do desemprego e da informalidade em um ambiente de crescimento, deve ser vista como positiva, porém sem desconsiderar os desafios que este processo carrega.

Em primeiro lugar, porque a recuperação do mercado de trabalho encontra-se estreitamente dependente do crescimento econômico, fato que exige atenção pelo país em relação a possíveis constrangimentos futuros que o desempenho produtivo possa vir

encontrar. É fundamental o fortalecimento das políticas setoriais, de investimento produtivo, de fomento à exportação, de infra-estrutura com o propósito de ampliar as fronteiras para a expansão econômica.

De outro lado, é necessário ampliar os efeitos multiplicadores em termos de renda e produção, através da continuidade da política de fortalecimento do mercado de interno amparado na distribuição de renda, de orientação das políticas setoriais e de investimento quanto à geração de empregos, de elevação do perfil tecnológico produtivo e da qualificação do trabalho com vistas a criar um movimento qualificado de aumento da produtividade e de mudanças no sistema tributário visando reduzir a incidência de impostos sobre o consumo básico da população de mais baixa renda.

Estas e outras medidas são decisivas para transformar em movimento sustentado a recuperação do mercado de trabalho, de modo a também viabilizar dois objetivos adicionais: o rompimento do perfil de baixa qualificação da estrutura ocupacional e a elevada e crescente concentração desta estrutura ao redor do salário mínimo.

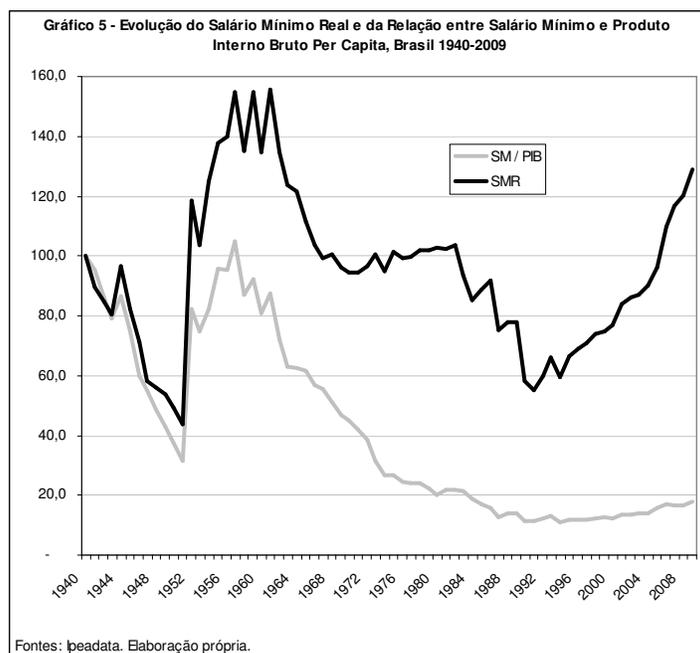


### **A recuperação do mercado de trabalho baseada nas baixas remunerações**

As vantagens da recuperação do mercado de trabalho são acompanhadas de movimentos que devem ser analisados com a devida cautela. Ao longo desta década,

tem se observado uma progressiva concentração da estrutura ocupacional ao redor do salário mínimo, apesar da elevação do perfil de escolaridade da população economicamente ativa.

Esta tendência se estabelece em um contexto marcado por decisões recorrente de elevação do salário mínimo real, que tem tido seu poder de compra preservado pela baixa inflação que marcou o período. Desde 2005, o país conta com um acordo social de política de valorização do salário mínimo, que garante reajuste anual mínimo equivalente à variação dos preços acrescida daquela do PIB. Este acordo estabeleceu uma estratégia de valorização do salário mínimo que não depende de decisão política de governo. O aumento recorrente do salário mínimo tem permitido uma recuperação rápida de seu poder de compra, bem como a elevação da relação que ele mantém com o PIB per capita.<sup>5</sup>



Sem dúvida, o comportamento do salário mínimo real influencia a estrutura de remunerações do trabalho amplificando o processo de concentração de seu perfil ao redor do piso legal. Entretanto, este movimento encontra-se estreitamente associada à perda de renda do trabalho nos estratos médios e superiores da distribuição até 2004.

(5) Ver Neder (2009) e Sabóia (2009).

Para simplificar a análise, pode-se dizer que os determinantes da evolução dos rendimentos do trabalho são de três ordens: legal – associada à regulação pública do piso de remuneração do mercado de trabalho; coletiva – relacionada às imposições dos contratos coletivos sobre os reajustes salariais; e individual – vinculada às relações que estabelecem empresas e trabalhadores ou destes com os contratantes de sua produção de bens ou serviços.

A avaliação do comportamento recente das remunerações do trabalho no Brasil ao longo da década indica que ele esteve estritamente relacionado à evolução do salário mínimo, tendo pouca influência os determinantes de ordem coletiva ou individual (Dedecca, 2009). Em 2007 e 2008, se fizeram presentes alguns sinais de maior presença destes dois outros determinantes, que, entretanto, foram afetados pela crise em 2009. Assim, se observou um movimento em aceleração dos níveis médios e superiores dos rendimentos do trabalho em direção ao salário mínimo.

Este argumento pode ser explicitado a partir dos resultados compilados na tabela 4. Como é possível observar, as rendas dos estratos inferiores apresentaram tendência de crescimento desde o início da década, movimento que somente foi estabelecido para os estratos médios-superiores depois de 2005. Deste modo, a redução dos índices de desigualdade foi resultado de dois movimentos dos níveis de renda. Um primeiro marcado por elevação dos rendimentos de base e queda dos demais níveis, isto é, com recuo do padrão médio de bem-estar propiciado pela renda do trabalho. Este teve vigência no período 1995-2005. E outro, estabelecido depois de 2005, caracterizado por elevações mais generalizadas dos níveis de rendimentos, com ganhos mais acentuados dos níveis de base, que se traduziram em elevação mais geral do bem-estar médio associado a esta forma de renda.

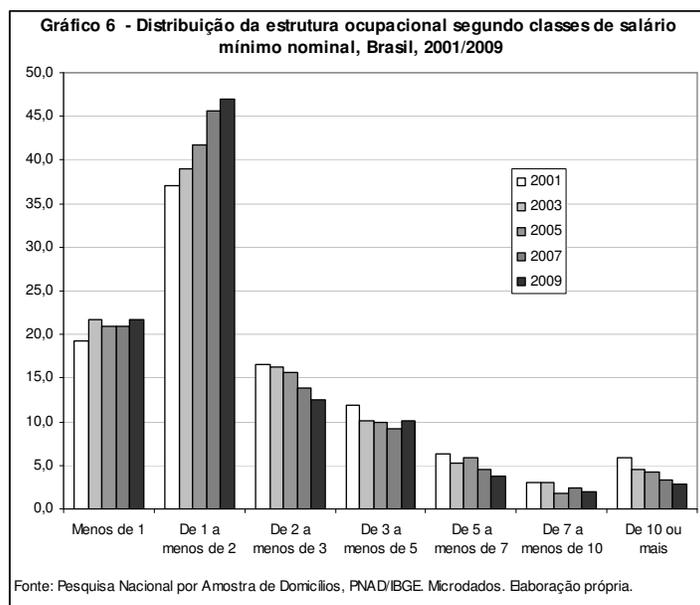
A tendência de aproximação dos rendimentos do trabalho ao salário mínimo pode ser também observada nos resultados compilados na tabela 4. Eles mostram um declínio generalizado dos diversos níveis de rendimentos como múltiplos do salário mínimo.

As alterações nos níveis de rendimentos do trabalho em direção ao salário mínimo e seus efeitos sobre a estrutura ocupacional foram reforçadas pelo perfil de geração de novas oportunidades ocupacionais. Aproximadamente 3 de cada 4 novos postos de trabalho assalariados foram criados na faixa de 1 a 2 salários mínimos.

A conjunção deste diversos elementos se traduziu na referida mudança da estrutura ocupacional com maior concentração nos baixos salários, reafirmando uma característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Cabe ressaltar que ao

contrário das fases anteriores de crescimento quando a dinamização do mercado de trabalho foi acompanhada de aumento da concentração de distribuição de renda, o movimento recente vem acompanhado da queda da desigualdade e, desde 2005, com aumento do padrão potencial médio de bem estar propiciado pela renda do trabalho.

Ademais, a concentração da estrutura salarial nos baixos salários com elevação contínua do salário mínimo não tem sido marcada por aumento da parcela de ocupados com rendimento inferior ao piso legal. Ao longo da década, as ocupações com rendimento inferior ao salário mínimo se mantiveram ao redor de 20%, apesar da elevação sistemática do valor do piso legal. A recorrência desta parcela de trabalhadores de baixíssima remuneração deve-se às características da ocupação, associadas à recorrência de jornada de trabalho parcial e a ausência de proteção social própria da situação ocupacional.



O processo de concentração ocorre, portanto, a partir do comportamento desfavorável das remunerações superiores, pelos motivos anteriormente apontados. Pode-se, portanto, argumentar que a política de salário mínimo tem permitido proteger os rendimentos no mercado de trabalho, em um contexto ainda marcado pela fragilidade da negociação coletiva ou individual dos ocupados. É fundamental que a continuidade do crescimento se traduza na dinamização destas formas de negociação, de modo a reduzir a responsabilidade da política de salário mínimo na determinação

dos rendimentos do trabalho. Também, esta dinamização poderá permitir estabelecer convergência entre escolaridade e remuneração. Os dados da PNAD mostram que apesar da elevação do perfil de escolaridade da população economicamente ativa, ela não se traduziu em aumentos de remuneração.

### As famílias e seus rendimentos - desigualdade e pobreza

As alterações combinadas das dimensões demográfica, das condições inserção econômica e da proteção social tiveram impactos relevantes sobre as condições de vida da população ao longo da década, apesar delas ainda terem sido insuficientes para modificar o quadro de elevada precariedade, pobreza e desigualdade que caracteriza a estrutura social brasileira.

Mesmo considerando tais restrições, é necessário explicitar que o país conheceu, pela primeira vez em sua história de república, um movimento de crescimento com redução da pobreza e da desigualdade. Antes de se analisar a natureza deste processo, é preciso se explicitar sobre qual pobreza ou desigualdade se estabelece o debate atual, com o objetivo de qualificar o alcance das transformações observadas.

Tabela 5  
Composição da renda familiar per capita segundo estratos de renda  
Brasil, 2009

	Total	Proteção Social	Todos os trabalhos	Demais fontes
Decil 1	100,0	32,7	56,4	10,8
Decil 2	100,0	12,0	80,4	7,5
Decil 3	100,0	19,8	75,4	4,8
Decil 4	100,0	17,4	79,4	3,1
Decil 5	100,0	18,8	78,4	2,8
Decil 6	100,0	36,9	59,8	3,3
Decil 7	100,0	22,7	74,5	2,7
Decil 8	100,0	24,4	72,7	2,8
Decil 9	100,0	25,9	71,1	3,0
Decil 10	100,0	22,8	73,2	4,0
Total	100,0	23,5	72,7	3,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

Tanto para análise da pobreza quanto para da desigualdade, a referência básica considerada é a renda corrente auferida pelas famílias, fundamentalmente aquelas propiciadas pela atividade produtiva, o trabalho, e pela proteção social (Dedecca, 2007). Como apresentado na tabela 5, a principal fonte de informação socioeconômica brasileira mostra uma quase total preponderância das duas formas de rendimentos no total do rendimento familiar. Na média, as demais fontes representavam somente 3,8% em 2009, sendo que elas congregam as rendas oriundas de aluguel, juros, lucros e do

programa bolsa família. É por este motivo que o primeiro decil aparece com um rendimento das demais fontes equivalente a quase 11% do rendimento familiar explicado fundamentalmente pela incidência do benefício do programa bolsa família<sup>6</sup>. Por outro lado, os rendimentos sob forma de alugueis, juros e lucros representavam somente 4% para o último decil superior, havendo uma clara sub-declaração destas formas de renda.<sup>7</sup>

A ausência da informação sobre as formas de renda oriundas da posse de ativos financeiros e não financeiros na PNAD limita a análise à renda corrente da população, isto é, àquela associada à despesa monetária necessária para a sobrevivência cotidiana das famílias. É reconhecido que a renda corrente tem maior representatividade para as famílias mais pobres, observando-se o contrário para aquelas pertencentes aos estratos superiores da distribuição. Deste modo, a análise de natureza monetária tende ser mais representativa para a mensuração da pobreza que daquela da situação de desigualdade. Mesmo para a questão da pobreza, tem predominância o enfoque monetário, não sendo exploradas suas outras dimensões associadas, por exemplo, ao acesso de bens e serviços públicos. Em suma, os resultados aqui apresentados e analisados se limitam as alterações da pobreza e da desigualdade de natureza monetária e restrita à renda monetária corrente propiciada pela atividade produtiva e a proteção social.

Mesmo considerando tais limitações, é inegável que a elevada desigualdade da renda corrente no Brasil foi atenuada ao longo da década, como evidencia o Índice de Gini da renda familiar per capita, que caiu de 0,594 para 0,546 entre 2001 e 2009. É evidente, entretanto, que a queda foi insuficiente para modificar a situação de exacerbada desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Segundo os dados da PNAD, 54% da massa de renda corrente das famílias continuava sendo apropriada pelos dois últimos decis superiores em 2009.<sup>8</sup>

---

(6) Infelizmente, a PNAD não permite diferenciar a renda do programa bolsa família das formas de renda de aluguel, juros e lucros. A informação as famílias beneficiadas pelo programa é disponível somente para os anos de 2004 e 2006. Neste último ano, aproximadamente 50% das famílias dos dois primeiros decis recebiam o benefício do programa bolsa família, sendo que mais de 90% das famílias beneficiadas se encontravam nos cinco primeiros decis.

(7) A dificuldade de captação dos rendimentos propiciados pela posse de ativos financeiros e não financeiros nos levantamentos domiciliares é internacionalmente reconhecido. Sobre este tema ver Dedecca (2010), Guiso et al. (2002), Pikketi (2001), e Weinberg (2004 e 2006).

(8) Sobre a tendência recente de queda da desigualdade da distribuição de renda corrente no Brasil, ver Barros et al. (2007 e 2008); Dedecca (2007) e Hoffman (2008).

Tabela 6  
Indicadores de rendimento familiar per capita segundo estratos de renda  
Brasil, 2001/2009

	2001	2003	2005	2007	2009
Decil 1	100,0	101,2	135,3	142,8	155,5
Decil 2	100,0	103,7	128,4	144,8	163,2
Decil 3	100,0	101,7	120,1	137,8	156,3
Decil 4	100,0	100,1	116,4	133,7	150,7
Decil 5	100,0	100,0	115,4	133,4	148,0
Decil 6	100,0	101,3	113,8	131,9	145,4
Decil 7	100,0	97,2	108,4	122,4	134,3
Decil 8	100,0	96,4	106,0	118,2	127,9
Decil 9	100,0	95,4	102,7	112,7	119,3
Decil 10	100,0	93,0	99,3	104,9	109,0
Total	100,0	94,8	102,9	113,4	122,1
Gini	0,594	0,582	0,571	0,557	0,546
T-Theil	0,724	0,685	0,665	0,631	0,608
Decil 1	0,4	0,5	0,7	0,7	0,6
Decil 2	2,2	2,4	2,6	2,6	2,9
Decil 3	3,1	3,3	3,6	3,6	3,8
Decil 4	4,4	4,6	4,9	4,9	5,4
Decil 5	5,2	5,9	6,2	6,2	6,8
Decil 6	5,9	5,8	5,6	5,6	6,1
Decil 7	8,7	8,3	8,5	8,5	9,0
Decil 8	10,4	10,9	10,9	10,9	11,2
Decil 9	16,9	16,6	16,2	16,2	15,4
Decil 10	42,7	41,7	40,7	40,7	38,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados.  
Elaboração própria.

O aspecto relevante deste movimento que obrigatoriamente deve ser ressaltado, refere-se ao fato do país ter conseguido, pela primeira vez e em um contexto democrático, estabelecer um padrão de crescimento com capacidade de empreender um processo recorrente de redução da desigualdade da renda corrente. Tal resultado deve ser também associado à configuração das políticas públicas que contribuíram para a recomposição do mercado formal de trabalho, para a ampliação da transferência de renda para a população pobre pelos programas de previdência social e bolsa família e para proteger o rendimento básico do trabalho através da adoção de uma política de salário mínimo consistente. A queda da desigualdade foi fruto de uma nova dinâmica institucional das políticas públicas. A continuidade do movimento depende, portanto, do papel que as políticas públicas venham exercer na próxima década.

Quanto a pobreza, sua redução esteve estreitamente associada às políticas públicas, mas também foi influenciada pela queda do tamanho das famílias, especialmente daquelas mais pobres (Hakkert, 2007). Os dados apresentados na Tabela 7 dão uma evidência rápida da redução do tamanho das famílias em dois dos decis onde se concentram as famílias pobres.

Tabela 7  
Tamanho médio das famílias segundo estrato de renda e condição de pobreza (1)  
Brasil, 2001/2009

	2001			2009		
	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total
Decil 1	4	.	4	3	.	3
Decil 2	4	.	4	4	.	4
Decil 3	4	.	4	4	3	4
Decil 4	4	4	4	3	3	3
Decil 5	4	4	4	.	3	3
Decil 6	.	3	3	.	2	2
Decil 7	.	3	3	.	3	3
Decil 8	.	3	3	.	3	3
Decil 9	.	3	3	.	3	3
Decil 10	.	3	3	.	2	2
Total	4	3	3	4	3	3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNA D/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

(1) Linha de pobreza definida segundo valores médios de referência calculados pela Cepal. Valores de referência definidos para cada uma das cinco regiões geográficas brasileiras.

Além disso, a queda do tamanho da família foi acompanhada de um aumento na taxa de atividade. As famílias mais pobres tendem ter uma maior taxa de dependência inativos/ativos. A queda do tamanho médio destas famílias foi acompanhada da elevação da sua taxa de atividade, contribuindo para também para a queda da pobreza. A maior atividade se traduziu em uma maior densidade ocupacional destas famílias, que também foram favorecidas com o aumento do salário mínimo. Ademais, os programas sociais de previdência e de transferência de renda reforçaram a renda destas famílias. Deste modo, se estabeleceu uma convergência de fatores demográficos, econômicos e institucionais em favor da redução da pobreza monetária, processo que se realizou com intensidade ponderável.

Tabela 8  
Proporção de domicílios pobres segundo estratos de renda familiar per capita (1)  
Brasil, 2001/2009

	2001	2003	2005	2007	2009
Decil 1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Decil 2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Decil 3	100,0	100,0	100,0	95,8	51,6
Decil 4	81,1	84,1	62,0	17,9	1,1
Decil 5	4,2	8,3	1,4	0,0	0,0
Decil 6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Decil 7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Decil 8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Decil 9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Decil 10	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	37,2	39,3	36,4	30,9	25,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE. Microdados. Elaboração própria.

(1) Linha de pobreza definida segundo valores médios de referência calculados pela Cepal.

Segundo os dados da PNAD, considerando as referências da Cepal para as cinco regiões geográficas brasileiras, constata-se uma redução da pobreza de 37% para 25% entre 2001 e 2009. Enquanto no início do período a pobreza chegava a alcançar o quinto decil da distribuição de renda familiar per capita, nota-se que ela estava praticamente circunscrita aos dois primeiros decis em 2009. Mesmo assim, 15,4 milhões de famílias se encontravam na situação de pobreza contra 18,4 milhões em 2001<sup>9</sup>.

É preciso ressaltar que a dimensão monetária é insuficiente para dimensionar adequadamente a pobreza, em razão de que esta apresenta uma perspectiva multidimensional associada às restrições de acesso a bens e serviços públicos decisivos para aquisição de um padrão mínimo de bem-estar.

### **Observações finais**

Este ensaio teve como foco os efeitos positivos que o padrão de crescimento recente da economia teve em termos de dinamização do mercado de trabalho, de queda da desigualdade da renda corrente das famílias e da redução da pobreza. Estes resultados foram e poderão continuar ser reforçados pela dinâmica demografia da população brasileira.

Os ganhos sociais obtidos tem sido importantes, mas se mostram, até o presente momento, insuficientes para provocar uma alteração do quadro de desigualdade exacerbada estruturalmente presente na sociedade brasileira. Contudo, tais efeitos têm permitido um recuo considerável da pobreza. Como apontado, o país conhece pela primeira vez em sua história um padrão de crescimento com redução da desigualdade.

O processo encontra-se estreitamente associado à regulação e às políticas públicas, isto é, as oportunidades econômicas têm sido reforçadas pelas instituições do mercado de trabalho e de proteção social.

A continuidade deste movimento virtuoso encontra alguns desafios, que exigem a ações de estratégias de mais longo prazo.

No mercado de trabalho, é fundamental que as políticas de qualificação e geração de empregos sejam articuladas à política de investimento e que a negociação

---

(9) Se considerada o critério de renda per capita familiar de ¼ de salário mínimo, referência adotada pelo Programa Bolsa Família, são encontradas 8 milhões de famílias em situação de pobreza em 2008, contra 15,4 milhões segundo a referência da Cepal.

coletiva seja fortalecida. O enfrentamento destas questões é fundamental para romper o processo de reiteração de uma estrutura ocupacional concentrada nos baixos salários.

Do ponto de vista das condições socioeconômicas, a dinamização do mercado de trabalho em conjunto com o fortalecimento das políticas de proteção ao trabalho e sociais poderá ter resultados mais expressivos em termos de redução da desigualdade e pobreza.

Sem dúvida, o país tem hoje janelas de oportunidades demográfica, econômica e social, jamais conhecidas durante o período republicano. Esta situação favorável é reforçada pelo desenvolvimento das instituições democráticas, mesmo que em velocidade menor que a desejada. Pela primeira vez em sua história, o país presencia um ambiente de ampla estabilidade política em um ano de eleições para presidente e governadores.

O enfrentamento dos desafios e o aproveitamento das janelas de oportunidades existentes dependerão da capacidade do país em empreender suas instituições em favor do padrão atual de crescimento com redução da desigualdade, no sentido de ampliar o escopo deste movimento e transformá-lo em processo sustentado de desenvolvimento.

*Campinas, 09.outubro.2010*

### **Bibliografia**

ALVES, J. E. D. . A transição demográfica e a janela de oportunidade. Braudel Papers, v. 1, p. 1-13, 2008.

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2007) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 1, Brasília: IPEA.

BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (2008) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente, Volume 2, Brasília: IPEA.

CARDOSO JUNIOR, J.C. (2009) Determinantes da recuperação do emprego formal no Brasil: evidências para o período 2001/2005 e hipóteses para uma agenda de pesquisa, Revista de Economia Política, 29(4), São Paulo: REP.

CARVALHO, Jose Alberto M., WONG, Laura R. (1995). A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil. Working paper. Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte.

- CARVALHO, J. A. M. ; BRITO, F. . A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 22, p. 351-370, 2005.
- CELADE (2010) [http://www.eclac.org/celade/proyecciones/basedatos\\_BD.htm](http://www.eclac.org/celade/proyecciones/basedatos_BD.htm), acessado em 5 de outubro de 2010.
- DEDECCA, C.S. (2007) A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa, in Barros, R.P; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. (2007).
- DEDECCA, C. S. (2009) O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: Baltar, P.; Klein, J.; Sallas, C.. (Org.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr.
- DEDECCA, C.S. (2010) Desigualdade, mas de qual falamos, *Revista de Economia Política*, prelo, São Paulo: REP.
- GUISSO, L; HALIASSOS, M. e JAPPELLI, T (2002) Introduction, in L.Guissou, M.Haliassos e T.Japelli., *Household portfolios*, Cambridge: The MIT Press.
- HAKKERT, R (2007) Análise Retrospectiva e Projeção da Pobreza no Brasil, no Período 1999-2015, em Função da Mudança da Estrutura dos Domicílios, in CGEE, *Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005*, Brasília: CGEE.
- HOFFMAN, Rodolfo . Polarização da distribuição de renda no Brasil. *Econômica (Niterói)*, v. 10, p. 169-186, 2008.
- NASSIF, A., OLIVEIRA SANTOS, L., Oliveira Pereira, R (2008) Produtividade e Potencial de Emprego no Brasil: As Prioridades Estratégicas das Políticas Públicas, *Revista do BNDES*, 14(29), Rio de Janeiro: BNDES.
- NEDER, H. D. ; RIBEIRO, R. (2009) Os efeitos distributivos do salário mínimo no mercado de trabalho brasileiro no 2002-2007. In: *Anais do XXXVII Encontro Nacional da ANPEC*, Foz do Iguaçu: Anpec.
- PIKKETI, T. (2001) *Les hauts revenus en France au XXe Siècle*, Paris : Grasset.
- SABOIA, J. (2009) Salaire Minimum et Distribution du Revenu au Brésil sur la Période 1995-2005. *Revue Tiers Monde*, v. 199, p. 1-24, 2009.
- WEINBERG, D.H. (2004) *Income Data Quality Issues in the Annual Social and Economic Supplement to the Current Population Survey*, Washington DC: US Census Bureau.
- WEINBERG, D.H. (2006) *Income data quality issues in the CPS*, Monthly Labor Review, June, Washington DC: Bureau of Labor Statistics.